

ARTIGO

Maurizio Fraboni

Alianças entre os Sateré-Mawé e a população regional

Para onde vão os Sateré-Mawé? Essa era a pergunta que se fazia Marcus Barros, atual presidente do Ibama, no ano 2000, em Roma, num simpósio dedicado pelo Instituto Ítalo-Latinoamericano ao "Guaraná dos Sateré-Mawé".

Já dava para perceber um povo que, empurrado por razões tanto econômicas quanto religiosas, lutava, sozinho e sem apoio institucional, para proteger de toda simplificação a riqueza em variedade genética do guaraná silvestre: as 'Mães do Waraná' espalhadas pelas suas matas virgens, o cipó nativo que é inestimável patrimônio nacional brasileiro. Pois o risco que Marcus apontava era - e é - a destruição desse patrimônio natural pela contaminação devida à generalização brutal da prática da clonagem do guaraná, voltada a obter alta eficiência produtiva e baixo custo da mão de obra agrícola, incentivada pelas multinacionais do refrigerante que esco-

lheram Maués como seu centro produtivo.

Um povo que ia por outro caminho: construir seu próprio projeto integrado de etnodesenvolvimento da Terra Indígena Andirá-Marau, que mostrasse que um outro futuro para a Amazônia era possível, baseado na agregação de valores ecológicos, sociais e culturais aos produtos típicos e naturais da região.

Assim, os índios Sateré-Mawé vendem no mercado externo, com seu próprio selo de qualidade, todo seu guaraná, feito pó ou extrato de casquilho, aos preços mais altos do mundo. E com este dinheiro obtido, o produtor indígena, mesmo obtendo para si três vezes o valor que ganharia entregando-se ao monopólio local, financia as atividades de criação de abelha nativa, coleta do lixo, replantios de pau rosa e mirantã, entre outras. E, sobretudo, financia a sua própria organização.

"Orgulho desmedido de

uma 'nação de famintos'", como, de modo gratuito e racista, a imprensa local titulava há um ano em letras grandes no topo da primeira página? Talvez seja. Pois os Sateré-Mawé, junto com dezenas e dezenas de milhões de brasileiros, ainda conhece a fome: legado de dezenas e dezenas de anos de dependência criada e mantida pelos poderes da sociedade não indígena.

O fato é que hoje o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé - CGTSM - é a primeira organização de índios que não precisa pedir diesel e bois à FUNAI ou a qualquer outro órgão público, nem tampouco a qualquer "branco" para reunir e entreter as lideranças de suas 80 aldeias.

Quatro anos já se foram desde aquele simpósio em Roma. A mudança é que atualmente os Sateré-Mawé não estão mais sozinhos na sociedade nacional. A cooperação científica com o Inpa e a Ufam é hoje uma bela práxis coti-

diana, e o CGTSM tornou-se o catalisador da paulatina construção solidária de um sistema de colaboração econômica entre vários atores da sociedade civil regional: o chamado de projeto Sapopema, a "sociedade dos povos para o eco-desenvolvimento da Amazônia". Quatro anos de um perigoso e árduo caminho rumo a uma autêntica cidadania, que passa pelo rAesgate radical da liberdade da consciência. E isso também é, por si só, qualidade de vida.

Oxalá tudo isso não seja para alguém um escândalo grande demais!

Maurizio Fraboni é Doutor em Sócio-Economia do Desenvolvimento pela Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris.

Os artigos estão sendo publicados em parceria com o Núcleo de Estudo e Pesquisas (Neps) do Departamento de Ciências Sociais da Ufam.